



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000271/2025
Processo: 10878-00 2025
Autoria: Kátia Franco
Ementa: Dispõe sobre a proibição de nomeação para cargos públicos, no âmbito do Município de Juiz de Fora, de pessoas condenadas por maus-tratos a animais, incluindo crimes de zoofilia, prática de rinha e dá outras providências.

Parecer Luiz Otávio Fernandes Coelho - Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Projeto de Lei nº 271/2025

Autora: Vereadora Kátia Aparecida Franco

Ementa: "Dispõe sobre a proibição de nomeação para cargos públicos, no âmbito do Município de Juiz de Fora, de pessoas condenadas por maus-tratos a animais, incluindo crimes de zoofilia, prática de rinha e dá outras providências."

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 271/2025, de autoria da nobre Vereadora Kátia Aparecida Franco, que "Dispõe sobre a proibição de nomeação para cargos públicos, no âmbito do Município de Juiz de Fora, de pessoas condenadas por maus-tratos a animais, incluindo crimes de zoofilia, prática de rinha e dá outras providências."

A matéria foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa, nos termos do artigo 72, inciso I do Regimento Interno da Câmara Municipal.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

a) Da Competência Legislativa Municipal

Nos termos do art. 30, incisos I e II, da CF/88, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

A Constituição do Estado de Minas Gerais e a Lei Orgânica do Município de Juiz de Fora reafirmam essa competência, atribuindo ao ente municipal a prerrogativa de editar normas sobre matérias que digam respeito à sua organização, aos serviços públicos locais e às políticas públicas de âmbito municipal.

No caso em exame, o projeto versa sobre matéria que se insere na esfera de competência legislativa do Município, por tratar do Regimento Interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

b) Da Constitucionalidade e Legalidade



A proposição deve ser analisada sob os prismas da constitucionalidade formal e material, bem como da legalidade.

Nesse sentido foi solicitada a manifestação da Douta Diretoria Jurídica desta Casa acerca da proposição, que através do posicionamento, externado no parecer nº 276/2025, concluiu pela ilegalidade e inconstitucionalidade da matéria, vez que a criação de requisitos para provimento de cargos é, por regra, competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme o art. 36, inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, ratifico o parecer jurídico exarado pela Douta Diretoria Jurídica desta Casa, opinando pela ilegalidade e inconstitucionalidade da matéria, de forma a liberá-la para que prossiga com sua regular tramitação regimental.

Palácio Barbosa Lima, 26 de fevereiro de 2026.



Luiz Otávio Fernandes Coelho
Vereador Luiz Otávio Fernandes Coelho - Parda - União Brasil

